

ASSUNTO	UNIDADE	CÓDIGO
Política de Integridade	Comitê de Compliance e Auditoria de Gestão	NI.GOV.115

1 - OBJETIVOS

Estabelecer diretrizes contra a corrupção e a fraude no exercício das atividades da Kpe.

2 - DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. Abrangência

- Todas as Unidades no Brasil e no Exterior.

2.2. Conceitos

- Agente Público:** Todo aquele que exerce uma função ou serviço público ou político, seja no legislativo, executivo ou judiciário, permanente ou temporário, tais como:
 - Qualquer agente público da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de 50% (cinquenta por cento) do patrimônio ou da receita anual; bem como qualquer dirigente de partido político, seus empregados ou outras pessoas que atuem para ou em nome de um partido político ou candidato a cargo público;
 - Qualquer agente público que exerça atividade em órgão, entidades estatais ou em representações diplomáticas de país estrangeiro, assim como em pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro ou em organizações públicas internacionais.
- Pessoa Exposta Politicamente:** Agentes públicos que desempenham ou tenham desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiras, assim como seus representantes, familiares e estreitos colaboradores.

Exemplos:

a) Presidentes	b) Governadores	c) Prefeitos
d) Deputados Estaduais	e) Deputados Federais	f) Senadores
g) Ministros	h) Membros dos Tribunais de Contas	i) Parentes até 3º grau (cônjuge, cunhados, tios, pais, avós, bisavós, filhos, netos, bisnetos, sobrinhos e irmãos) de todos os ocupantes de cargos mencionados anteriormente

2.3. Premissas

2.3.1. Os colaboradores da Kpe deverão tratar de forma digna e respeitosa quaisquer terceiros com que venham a interagir no exercício de suas atividades na Kpe, incluindo todos os agentes públicos e as pessoas expostas politicamente.

2.3.2. Mesmo que solicitado pelo seu superior, o colaborador da Kpe não deve praticar nenhuma conduta que configure um ato contrário ao disposto nessa Norma Interna. Nesse caso, um Agente de Compliance ou o Comitê de Compliance e Auditoria de Gestão deve ser contatado.

2.3.3. Qualquer ato contrário ao disposto nesta Norma Interna que chegue ao conhecimento dos colaboradores da Kpe deverá ser reportado ao Comitê de Compliance e Auditoria de Gestão, por meio do Canal Ética, para a adoção das medidas cabíveis.

2.3.4. A Kpe não tolerará represálias àqueles que reportarem de boa-fé atos ocorridos.

2.3.5. O colaborador que descumprir quaisquer das determinações previstas nesta Norma Interna estará sujeito às sanções previstas no Código de Conduta da Kpe.

2.3.6. Compete à Alta Administração da Kpe disseminar e exigir que todos os colaboradores da Kpe cumpram com os termos e disposições desta Norma Interna. A Diretoria de Governança, Riscos e Compliance deverá auxiliar a Presidência no que for necessário para alcançar os objetivos desta Norma.

2.4. Estrutura de Governança, Riscos e Compliance

2.4.1. A Diretoria de Governança, Riscos e Compliance, com o apoio da Alta Administração da Kpe, é responsável por implementar e aprimorar constantemente o Programa de Compliance da Kpe, com base no Código de Conduta Kpe, nas normas e procedimentos operacionais internos e nas diretrizes do Comitê de Compliance e Auditoria de Gestão da Kpe.

2.4.1.1. Em consonância com as melhores práticas internacionais de governança corporativa, integridade e conformidade, o Programa de Compliance da Kpe foi estruturado para prevenir, detectar e corrigir eventuais irregularidades que possam ocorrer no exercício da atividade empresarial da Kpe.

2.4.1.2. O Programa de Compliance da Kpe conta com diversas medidas e instrumentos para prevenir e detectar eventuais irregularidades, tais como, mas não se limitando a: treinamentos anuais, Campanha Anual de Compliance, comunicações periódicas, validação de novas oportunidades, formulários e cláusulas de Compliance, análise e bloqueio de fornecedores, Canal Ética, monitoramento de Compliance, auditoria de gestão, regras de governança corporativa, além de outros controles internos.

2.4.1.3. A Diretoria de Governança, Riscos e Compliance conta, ainda, com o auxílio dos Agentes de Compliance, que são colaboradores responsáveis por auxiliar a referida Diretoria nas diversas formas de implementação e execução do Programa de Compliance da Kpe.

2.4.2. O Comitê de Compliance e Auditoria de Gestão da Kpe possui, dentre outras, as atribuições de mapear os riscos da Kpe, avaliar as oportunidades de melhoria para mitigar desconformidades nos negócios da Kpe, incentivar e fiscalizar a implementação do Programa de Compliance da Kpe, atualizar e criar normas e políticas internas relacionadas ao Programa de Compliance da Kpe, recomendar sanções e ações corretivas a colaboradores que infringiram a lei, o Código de Conduta ou as políticas e procedimentos internos da Kpe, eleger os Agentes de compliance e reportar ao Conselho de Administração da Kpe as atividades realizadas no âmbito do Programa de Compliance.

2.4.3. Dentre os instrumentos para execução do Programa de Compliance, o Canal Ética é um canal de comunicação que deve ser utilizado pelos colaboradores, e também por terceiros, para denunciar eventuais irregularidades e desvios de conduta nas atividades da Kpe.

2.4.3.1. A Alta Administração incentiva que seus colaboradores utilizem os meios de comunicação do Canal Ética para apresentar denúncias de irregularidades, reclamações e/ou solicitar esclarecimentos sobre o conteúdo e aplicação do Programa de Compliance da Kpe.

2.4.3.2. O Canal Ética pode ser acessado por meio de atendimento telefônico, mensagens eletrônicas pela internet ou pelo respectivo *link* na intranet, mensagens eletrônicas por e-mail ou por Caixa Postal. Todas as informações sobre o Canal Ética estão disponíveis em: 0800 721 9560 (para ligações originais do Brasil); ou ligação a cobrar para +55 (11) 2124-6200 (para ligações originadas do exterior).

2.5. Diretrizes da Kpe

2.5.1. É vedada, em todas atividades da Kpe, qualquer forma de corrupção e fraude.

2.5.1.1. É vedado a todos os colaboradores da Kpe a prática de atos que, nos termos da lei n. 12.846/2013 (Lei Anticorrupção Brasileira), sejam lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, tais como:

- Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- Financiar ou patrocinar a prática dos atos ilícitos;
- Utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- Frustrar ou fraudar licitações, mediante ajuste ou combinações contra a concorrência leal;
- Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, modificações ou

- prorrogações de contratos celebrados com a administração pública;
- Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
- Dificultar, direta ou indiretamente, a atividade de investigação e fiscalização da administração pública.

2.5.1.2. Para os fins desta Norma Interna, vantagem indevida deve ser entendida como qualquer tipo de favorecimento, em valor monetário ou não, mesmo que intangível, a que uma pessoa, física ou jurídica, não tenha direito. Assim, está vedado o oferecimento de bens, presentes, brindes, vantagens ou serviços para agentes públicos ou pessoas expostas politicamente com a intenção de obter algum benefício em troca, em desacordo com o previsto nesta Norma Interna e na Norma Interna de Brindes e Presentes.

2.5.1.3. É proibido não apenas a entrega de bens de valor patrimonial, mas também qualquer outro objeto que interesse a qualquer terceiro, seja agente público, pessoa exposta politicamente ou colaborador de ente privado. É também proibido o oferecimento de quaisquer vantagens e serviços, como oferecimento de emprego, refeições, viagens, “bicos” e resolução de problemas de qualquer natureza, com o objetivo de se obter uma vantagem indevida.

2.5.1.4. Não é recomendável o oferecimento de presentes por colaboradores da Kpe para agentes públicos, mesmo que em decorrência de laços de amizade. As situações de conflito de interesses devem ser evitadas e estarão sujeitas às sanções previstas no Código de Conduta da Kpe.

2.5.2. É vedada, em todas as atividades da Kpe, a prática de atos de concorrência desleal, com o objetivo de emprego de meio fraudulento para desviar ou eliminar, em proveito próprio ou alheio, a livre concorrência. A formação de cartel entre empresas para fixação de preços, divisão de clientela ou mercados de atuação é uma forma de concorrência desleal inaceitável pelos padrões e princípios da Kpe.

2.5.3. No exercício das atividades da Kpe, é vedada a prática de atos que tenham como objetivo ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal. Qualquer forma de lavagem de dinheiro é terminantemente proibida na Kpe, sob penas das sanções internas e legais.

2.5.4. É proibido o tráfico de influência em qualquer tipo de atividade da Kpe, com a intenção de solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por agente público no exercício da função.

2.5.5. É dever de todos os colaboradores da Kpe reportar atos que estejam em desacordo com esta Norma Interna. A Kpe incentiva a utilização do Canal Ética para o recebimento de denúncias em caso de desvios de conduta por colaboradores da Kpe ou por quaisquer terceiros, parceiros ou fornecedores da Kpe.

2.5.5.1. Na hipótese do recebimento de uma denúncia ou de investigação interna, identificar indícios suficientes de envolvimento de um colaborador da Kpe em prática de ato lesivo à administração pública ou a terceiros, as seguintes medidas cautelares poderão ser tomadas:

- Imediata paralisação, quando possível, do ato lesivo, com comunicação expressa ao Diretor Presidente;
- Suspensão da contratação ou bloqueio de eventual fornecedor ou prestador de serviço que esteja envolvido com o ato lesivo;
- Afastamento ou suspensão do colaborador supostamente envolvido até os esclarecimentos necessários serem concluídos; ou
- Contratação de investigação externa (terceirizada) para apurar as evidências encontradas pela investigação interna.

2.5.6. Caso um agente público, uma pessoa exposta politicamente ou qualquer terceiro solicite ao colaborador da Kpe a entrega de vantagem indevida, o colaborador deverá informá-lo que tal conduta não faz parte da política da empresa e se recusar a praticá-la. Em seguida, o colaborador deverá notificar tal fato ao Comitê de Compliance e Auditoria de Gestão, por meio do Compliance Officer ou do Canal Ética, que tomará as atitudes cabíveis.

2.6. Interação com Entes Públicos

2.6.1. A contratação com entes públicos é geralmente feita por meio de procedimento licitatório. Deve ser evitada a manutenção de contatos informais com agentes públicos envolvidos em procedimento licitatório do qual a Kpe seja participante ou tenha interesse em participar.

2.6.2. Caso o colaborador da Kpe seja contactado por agente público ou pessoa exposta politicamente, no contexto de uma licitação pública, deve informá-lo sobre a política da Kpe de evitar contatos nessa situação.

Se o assunto a ser discutido for de natureza técnica, o colaborador da Kpe deve agendar reunião com o agente público ou pessoa exposta politicamente, na qual deverão estar presentes ao menos 2 (dois) colaboradores da Kpe. O mesmo procedimento deve ser adotado no contexto de contratos com o Poder Público que estejam em vigor.

2.6.3. É vedada a promessa ou entrega de quaisquer bens, prestação de favores ou serviços e concessão de entretenimento ou viagem a agentes públicos envolvidos de qualquer forma em procedimento licitatório do qual a Kpe seja participante ou tenha interesse em participar. No caso de agente público ou pessoa exposta politicamente envolvida em contrato em vigor, devem ser observados os critérios estabelecidos no contrato de prestação de serviços e na Norma Interna de Brindes e Presentes. A possibilidade de viagens comerciais, como visitas a sites de obras, devem observar os critérios estabelecidos na Norma Interna de Brindes e Presentes.

2.6.4. No caso de haver renegociação de contrato administrativo com o Poder Público, os colaboradores da Kpe devem discutir apenas questões técnicas e econômicas relacionadas ao contrato. Nas discussões/reuniões devem estar presentes ao menos 2 (dois) colaboradores da Kpe.

2.6.5. A Kpe adota política de transparência e solicita aditivos de contratos apenas quando efetivamente necessário. O colaborador da Kpe não tentará, por meio de aditivos ou outras modificações contratuais, obter vantagem econômica indevida, comercial ou pessoal.

2.6.6. A licitação possui caráter competitivo por natureza. É vedada, a qualquer colaborador da Kpe, a manutenção de contatos impróprios com concorrentes participantes de licitação na qual a Kpe esteja envolvida direta ou indiretamente, que tenham por objetivo diminuir, fraudar, frustrar ou acabar com a competição entre os concorrentes.

2.6.7. Os preceitos desta Norma Interna e as regras do Código de Conduta da Kpe devem ser também observados em todos os contatos com agentes públicos ou pessoas expostas politicamente no contexto de procedimentos de fiscalização ou investigação conduzidos por entes públicos, como os da Receita Federal, IBAMA, CETESB, Prefeituras, entre outros. Os colaboradores da Kpe não devem dificultar ou intervir na atuação dos agentes públicos que estejam realizando atividades de investigação ou fiscalização.

2.6.8. Os colaboradores da Kpe que venham a interagir, no exercício de suas funções, com agentes públicos do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, de Cartórios, de Juntas Comerciais ou de qualquer outro órgão, devem respeitar os procedimentos e normas aplicáveis às respectivas interações. É vedada a adoção de qualquer procedimento ou método não autorizado para obtenção de documentos ou informações de interesse da Kpe.

2.6.8.1. Toda e qualquer tipo de obtenção de informações pela Kpe deve respeitar as regras de publicidade e defesa da concorrência. É vedado, portanto, o oferecimento de qualquer tipo de facilitação, “agrado”, refeição, brinde, presente ou qualquer outro tipo de vantagem, monetária ou não, para a obtenção de informações ou documentos, mesmo que não sejam confidenciais.

2.7. Relacionamento com Terceiros

2.7.1. É vedado o oferecimento ou promessa de vantagem indevida de forma indireta, por meio de terceiros, como despachantes, consultores, fornecedores, intermediários ou quaisquer outros representantes da Kpe, inclusive sócios, consorciadas e parceiros de negócios.

2.7.2. Os colaboradores da Kpe devem manter um relacionamento estritamente profissional com terceiros em geral, sejam eles representantes de sócios, consorciadas, investidores ou fornecedores da Kpe.

2.7.3. A contratação de fornecedores, consultores e prestadores de serviço deve respeitar as normas internas da Kpe, incluindo a norma de [Compras de Produtos, Bens e Contratação de Serviços](#). Todas as contratações devem conter a coleta de preços, a experiência do profissional necessária, o Formulário de Compliance (quando aplicável), o termo de compromisso ao Código de Conduta da Kpe, as cláusulas anticorrupção no contrato e a manutenção das evidências do serviço prestado, além de todo e qualquer instrumento, auditoria (*due diligence*) ou medida necessária e/ou exigida em norma interna para evitar que o terceiro pratique um desvio de conduta em benefício da Kpe.

2.7.4. É dever dos colaboradores da Kpe, no relacionamento profissional com um fornecedor, consultor ou prestador de serviço, exigir que tais terceiros respeitem os preceitos do Código de Conduta da Kpe. Os colaboradores também devem incentivar tais terceiros a incorporarem programas de ética e integridade no exercício regular de suas respectivas atividades empresariais.

2.7.5. Caso empresas do Grupo Kpe participem de operações de fusões, aquisições, incorporações, *joint ventures*, consórcios ou reorganizações societárias, seus colaboradores deverão seguir os mais altos padrões éticos e legais, respeitando os princípios econômicos de mercado e de concorrência leal. Os colaboradores da Kpe responsáveis deverão realizar as avaliações de risco e procedimentos mitigatórios

necessários para realizar esse tipo de operação. Não serão realizadas as operações descritas nesta cláusula com terceiros que não compactuem com os princípios fundamentais e as regras de conduta da Kpe.

2.7.6. Na hipótese de um fornecedor, consultor ou prestador de serviço descumprir os princípios do Código de Conduta da Kpe, o colaborador responsável deverá informar imediatamente ao Comitê de Compliance e Auditoria de Gestão sobre tal descumprimento, que recomendará as sanções aplicáveis para cada caso.

2.8. Conflitos de Interesse

2.8.1. Os colaboradores da Kpe estão obrigados a agir de modo a prevenir ou impedir eventual conflito de interesses no exercício de suas atividades profissionais na empresa.

2.8.1.1. Para os fins desta Norma Interna, conflito de interesses deve ser entendido como uma situação gerada pelo confronto entre interesses pessoais do colaborador e da Kpe, ou entre interesses da Kpe e de terceiros, inclusive agentes públicos, que possa comprometer o interesse social ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho das funções do colaborador na Kpe.

2.8.1.2. Dentre outras situações, seguem alguns exemplos de conflitos de interesse:

- Dar ou prometer vantagem indevida a terceiro para que atue ou tome uma decisão em benefício da Kpe;
- Receber presente ou entretenimento de qualquer terceiro que tenha interesse em uma decisão do colaborador da Kpe;
- Exercer função ou divulgar informações de negócios para um concorrente da Kpe;
- Realizar contratação de profissionais, fornecedores ou prestadores de serviço com quem possua parentesco;
- Utilizar-se do cargo que ocupa na Kpe para venda de bens ou serviços para fins pessoais ou para apropriar-se de oportunidades, comissões ou favores em benefício pessoal, de parentes ou de terceiros;
- Divulgar informações confidenciais ou estratégicas da Kpe a que tenha acesso para terceiros;
- Exercer internamente atividades incompatíveis com as atribuições do cargo que ocupa ou em favor de terceiros.

2.8.2. Ao identificar uma situação de conflito de interesses, o colaborador da Kpe deverá comunicar imediatamente tal fato a seu gestor direto, informando sobre o potencial conflito. Em seguida, deverá se abster, se ausentar de qualquer discussão, decisão ou da gestão da situação de potencial conflito, bem como se abster de influenciar outros colaboradores, direta ou indiretamente, nas discussões, decisões ou na gestão da situação de potencial conflito.

2.8.2.1. Em caso de dúvida sobre a existência de um conflito de interesses em determinada situação ou sobre como prevenir ou impedir um possível conflito, o colaborador deverá consultar a Diretoria de Governança, Riscos e Compliance, por meio dos canais de comunicação disponíveis.

2.8.2.2. Caso tenha ciência, qualquer colaborador poderá comunicar aos gestores, ou por meio do Canal Ética, uma situação de potencial conflito de interesses de outros colaboradores da empresa, não podendo ocorrer qualquer tipo de retaliação ou constrangimento em assim fazê-lo.

2.8.2.3. Eventual colaborador da Kpe que não comunique seu potencial conflito de interesses em uma determinada situação profissional terá sua conduta avaliada pelo Comitê de Compliance e Auditoria de Gestão, estando sujeito às sanções previstas nesta Norma Interna.

2.8.3. As situações de conflitos de interesse serão avaliadas pelo Comitê de Compliance e Auditoria de Gestão, que emitirá uma orientação sobre como o colaborador deverá atuar, nos termos do Código de Conduta e demais normas internas da Kpe.

2.8.4. O colaborador que tiver parentesco ou vínculo pessoal com um agente público com poder decisório no âmbito dos negócios da Kpe deverá informar esse potencial conflito de interesses para a Diretoria de Governança, Riscos e Compliance. Referida Diretoria irá analisar a situação e submeter à avaliação do Comitê de Compliance e Auditoria de Gestão, nos termos da cláusula 2.8.3 acima.

2.9. Pontos de Atenção

2.9.1. Algumas ações e situações no exercício da atividade profissional podem conter evidências de um possível desvio de conduta. Por isso, o colaborador da Kpe deve observar atentamente a alguns pontos de

atenção para evitar que um desvio de conduta ocorra ou sanar imediatamente alguma irregularidade identificada.

2.9.2. O fato de algum dos pontos de atenção abaixo ocorrer não necessariamente configura a prática de uma irregularidade, mas é responsabilidade do colaborador da Kpe buscar, por meio dos instrumentos do Programa de Compliance da Kpe, os meios cabíveis para prevenir, detectar e sanar eventual desvio de conduta. Seguem abaixo alguns pontos de atenção para que os colaboradores da Kpe se certifiquem de que estejam praticando, por si ou por meio de terceiros, uma conduta adequada:

- Contratação de empresas recém constituídas;
- Contratado que não possua *website*, histórico profissional ou referência para a contratação;
- Contratação de um determinado fornecedor, consultor ou prestador de serviço a pedido de um cliente;
- Falta de clareza na descrição do objeto contratual de um contratado;
- Oferta ou recebimento de presentes ou entretenimentos de profissionais que estão em processo de coleta de preços na Kpe;
- Celebração de diversos aditivos contratuais para um mesmo contrato;
- Evidências do serviço prestado de difícil identificação ou mensuração;
- Parcerias com empresas em que não é possível identificar o sócio beneficiário final;
- Contratos com comissões ou êxitos excessivos;
- Valor excessivamente alto para o serviço ou fornecimento contratado, acima do preço usual de mercado;
- Pagamentos em conta bancária de pessoa física ou em país diferente de onde o serviço foi prestado ou em locais em que o contratado não possua atuação;
- Falta de formalização adequada do Formulário de Compliance, do Formulário de Representação Comercial, Presente e Entretenimento e do Formulário de Doações e Patrocínios.

2.10. Sanções

2.10.1. O colaborador que descumprir com as determinações das normas internas e procedimentos operacionais da Kpe, do seu Programa de Compliance ou das obrigações impostas pela lei, estará sujeito às seguintes sanções previstas no Código de Conduta da Kpe, de acordo com a natureza e a gravidade da infração cometida:

- Advertência;
- Suspensão;
- Demissão ou término da relação contratual com o fornecedor ou parceiro; e/ou
- Bloqueio de Fornecedores.

2.10.1.1. Caso seja identificado que um contratado descumpriu com as regras desta Norma Interna ou do Código de Conduta da Kpe, a Diretoria de Governança, Riscos e Compliance é responsável por realizar o bloqueio de fornecedores. O bloqueio imediato, assim que a irregularidade é identificada, deverá ser solicitado pela Diretoria de Governança, Riscos e Compliance para evitar que eventual irregularidade continue a ser praticada e para evitar que a Kpe continue mantendo relações comerciais com terceiros que não estão seguindo seus princípios e valores.

2.10.2. Além das sanções previstas acima, o Programa de Compliance poderá, ainda, enviar Recomendações de Compliance para colaboradores e seus gestores, com o objetivo de alertar sobre uma conduta do colaborador, por ação ou omissão, identificada em um procedimento de monitoramento ou auditoria. Neste caso, o colaborador que recebeu uma Recomendação de Compliance está obrigado a interromper, corrigir e/ou evitar que a conduta identificada ocorra novamente, conforme o caso, sob pena de receber uma das sanções descritas acima.

2.10.3. Após a identificação ou suspeita de uma conduta inadequada, a Diretoria de Governança, Riscos e Compliance realizará a apuração dos fatos e a análise dos documentos necessários para esclarecer a conduta. Em seguida, um relatório sobre a apuração será enviado para o Comitê de Compliance e Auditoria de Gestão, com os esclarecimentos sobre a apuração e com a recomendação de eventuais sanções a serem aplicadas para os colaboradores e/ou contratados envolvidos. O Comitê, por sua vez, deliberará e decidirá se concorda ou não com a sanção recomendada e enviará uma recomendação de ação para o Diretor responsável da unidade em análise.

2.11. Não retaliação

2.11.1. Nos termos do Código de Conduta, é compromisso da Kpe garantir que nenhum colaborador sofra

qualquer tipo de retaliação, sanção ou constrangimento em razão de denúncias feitas de boa-fé por meio do Canal Ética. Todas as informações do Canal Ética são confidenciais e seus procedimentos internos foram elaborados para garantir a segurança e a integridade dos colaboradores da Kpe, sem nenhum tipo de exposição.

2.11.1.1. É obrigação da Diretoria de Governança, Riscos e Compliance atuar nos mais altos níveis de confidencialidade e segurança, garantindo que nenhum dado pessoal do denunciante, quando informado por meio dos canais de denúncia, sejam divulgados a quaisquer terceiros, incluindo diretores, gestores e demais colaboradores da Kpe.

2.11.2. Retaliações de qualquer tipo prejudicam seriamente a cultura de integridade e conformidade da Kpe, sendo terminantemente proibidas. É vedada, portanto, qualquer forma de retaliação, tais como a prática de demissão, afastamento, negação de aumentos ou promoções por mérito, redução de responsabilidades.

2.11.3. O colaborador que retaliar outro, de qualquer nível hierárquico, que tenha realizado uma denúncia de boa-fé nos canais de comunicação de Compliance, estará sujeito às sanções previstas nesta Norma Interna, incluindo a demissão.

2.11.4. Caso o colaborador suspeite que esteja sofrendo retaliações em razão de uma denúncia de boa-fé, deverá comunicar o fato ao Compliance, por meio dos canais de comunicação disponíveis ou para o Diretor de Governança, Riscos e Compliance. A Diretoria de Governança, Riscos e Compliance analisará o relato e as apurações necessárias, no mesmo fluxo de um processo de investigação interna.

2.12. Expectativas Solicitadas em Relação aos Colaboradores da Kpe

2.12.1. Não obstante aos princípios e valores da Kpe previstos em seu Código de Conduta, a Alta Administração exige e cobrará que todos os colaboradores da Kpe exerçam sua função na empresa de acordo com os princípios e normas de conduta a seguir:

- Tolerância zero à corrupção e à fraude;
- Conduta profissional com transparência, honestidade e responsabilidade;
- Divulgação da cultura de Compliance para todos os colaboradores, fornecedores e parceiros da Kpe;
- Entendimento acerca da responsabilidade objetiva da pessoa jurídica e individual da pessoa física;
- Atendimento às normas internas e legislações vigentes;
- Solicitação de verificações prévias à contratação de fornecedores e parceiros comerciais;
- Registro das evidências do serviço prestado;
- Incentivo aos colaboradores para acessarem o Compliance – **CANAL ÉTICA** – para denúncias de desvios de conduta;
- Colaboração no processo de monitoramento de Compliance;
- Manutenção de sigilo, confidencialidade e não retaliação garantidos a todos os denunciantes.

3 - OBSERVAÇÕES

Categoria: Compliance
Elaborado por: Normas e Processos
Aprovada pelo Comitê de Compliance em 31/03/2021.

4 - ASSINATURA

Pedro Bataier
Compliance Officer